

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO N.º DE 2007 (Da Sra. Cida Diogo)

Requer informações ao ministério das comunicações sobre a implantação da TV digital no Brasil a previsão de canal para migração da TV câmara para o SBTVD.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno e nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal que, ouvida a Mesa da Câmara dos Deputados esta Comissão solicite informações ao senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações, sobre a previsão de canal para a migração dos sinais da TV Câmara para o padrão da TV Digital, bem como:

1. O envio de cópia atualizada do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF – PBT; – PBT;
2. Envio de cópia atualizada do Plano Básico de Distribuição de Canais Digitais – PBTVD;

JUSTIFICATIVA

A TV Câmara foi criada em 20 de janeiro de 1998, para transmitir as discussões e votações do Plenário e das comissões, dando maior transparência à rede de elaboração das leis que regem o dia-a-dia da sociedade. A partir de sua missão principal, tornou-se um veículo de promoção dos valores brasileiros e consolidou-se como um canal público de informação e cidadania.

Embora restrita a poucos canais abertos, o atual sistema de TV aberta (terrestre) permite a possibilidade da TV Câmara ser retransmitida para os televisores existentes em 90% das residências brasileiras, utilizando canais analógicos com largura de banda de 6 MHz.

Na migração para o padrão de TV Digital as transmissões do áudio e do vídeo passam a ser feita através de sinais digitais que, codificados, permitem um uso mais eficiente do espectro eletromagnético, devido ao aumento da taxa de transmissão de dados na banda de freqüências disponível.

Entretanto, o Plano Básico de Distribuição de TV Digital não prevê a utilização de canais pela TV Câmara, inviabilizando a difusão das atividades desenvolvidas pelo Parlamento brasileiro e

permitindo que apenas uma pequena parcela da população com acesso a TV à cabo, possa receber em casa a programação gerada pela TV Câmara.

É indiscutível a necessidade do Poder Executivo reconsiderar o planejamento básico de distribuição de canais da TV Digital para permitir à TV Câmara ampla cobertura nacional por meio de canais abertos acessíveis a toda a população independentemente de sua condição social.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2007

Deputada **Cida Diogo – PT/RJ**